

Brasil tem o gás para seu crescimento¹

Cristhine Samorini²

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira³

O Brasil tem gás em volume suficiente para, além de viabilizar uma maior produção de óleo, contribuir com o crescimento econômico e a expansão da indústria nacional. Temos o potencial de triplicar a oferta nacional de gás natural no horizonte 2030.

Essa é a principal conclusão do estudo do Instituto de Energia da PUC Rio, que realizou uma análise detalhada, poço a poço, com foco na área de exploração e produção do pré-sal brasileiro. O estudo considerou os novos projetos que irão disponibilizar gás natural e fez uma avaliação criteriosa de todo o gás que vem sendo e aquele que será - por novos sistemas de produção - reinjetado nos reservatórios.

No cenário que considera a redução da reinjeção para níveis técnicos, ou seja, somente o volume necessário para garantir a especificação do gás natural, teríamos a oportunidade de adicionar em torno de 30 milhões de metros cúbicos do energético diariamente na oferta. Essa adição pode ocorrer tão rápido quanto para 2026, sem prejudicar a recuperação de óleo.

Mais a longo prazo, olhando o final da década, é possível atingir a marca de 120 milhões de metros cúbicos de gás por dia de oferta nacional, diante dos 40 milhões ofertados atualmente.

Para que tudo isso ocorra, existem atrasos que precisam ser reparados com urgência. É o caso da Unidade de Tratamento de Gás Natural (UTG) em Itaboraí, no Rio, que precisa ser finalizada para que o Rota 3 possa finalmente operar. A

¹ Artigo publicado no Valor Econômico. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/brasil-tem-o-gas-para-seu-crescimento.ghtml>. Acesso em: 28 de ago. de 2023.

² Presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes).

³ Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

expectativa é para o final de 2024. A UTG já existente em Caraguatatuba, São Paulo, também deve ser modernizada para processar o gás rico do pré-sal.

No caso do Espírito Santo, a maior oferta de gás pode mudar o quadro de subutilização das UTGs capixabas. Com uma capacidade de tratamento da ordem de 22 milhões de metros cúbicos por dia, atualmente as unidades estão com uma ociosidade superior a 70%.

Além desses projetos, o BM-C-33, chamado de Pão de Açúcar, e sua rota de escoamento para cidade de Macaé no Rio de Janeiro, e o polo de produção em Sergipe-Alagoas devem ser concretizados. Por fim, revisar a condição de reinjeção de 100% do gás natural em campos com teor de gás carbônico (CO₂) abaixo de 20%, permitirá o desenvolvimento de novas rotas de escoamento.

E falando do assunto “carbono”, o estudo confirmou uma outra verdade que já sabíamos. Ao contrário do que vem sendo postulado, temos sim gás sem grandes concentrações de contaminantes. Pelo contrário, a maior parte do nosso gás produzido vem de reservatórios com baixo teor de CO₂ - como em torno de 5% em Tupi e de 20% em Búzios - e temos áreas com baixíssimo ou quase 0% de CO₂, como é o caso do campo de Bacalhau.

Aliás, no que concerne a reinjeção não há como observar somente do ponto de vista de quem produz. Enquanto o gás que pode chegar a consumo é reinjetado, a indústria é obrigada a retardar a transição da matriz energética e a utilização de fontes mais sustentáveis, o que para o país é muito ruim. Com esses fatos em mãos, cai por terra a narrativa de descarbonização usada como justificativa para a reinjeção do gás.

Em outras palavras, o aprisionamento do gás natural nos reservatórios aumenta o CO₂ emitido pelo país nas atividades industriais. Na siderurgia, por exemplo, o potencial de substituição de coque por gás, e consequente redução da pegada de carbono de suas operações, é dificultado ou mesmo inviabilizado.

No agronegócio, a necessidade de importar fertilizantes por navios faz com que o Brasil seja importador também de CO₂. Substituir ureia importada por ureia nacional com base no gás natural brasileiro é o que de fato nos colocará na correta trilha da descarbonização.

Entrando na seara da demanda pelo gás, enquanto era discutido o novo marco legal para o energético, muitos afirmavam que novos volumes de gás não chegavam ao mercado por supostamente não existir consumo que justificasse investimento.

Como anteriormente apontado em diversos mapeamentos apresentados pela indústria, o estudo do IE-PUC também reforça que existe demanda firme de gás natural garantida pela indústria brasileira. Como exemplo claro, reforçou-se a visão de Polos Gás-Químicos como potencial para ancorar a demanda pelo nosso

gás, incluindo a questão de fertilizantes - tema tão sensível para o nosso agronegócio.

Ademais, o gás natural se apresenta como a opção correta de uma ampliação de oferta energética em um momento em que a sociedade clama por opções mais limpas, menos emissoras de carbono.

A molécula é alternativa viável em muitas linhas de produção que têm nele insumo imprescindível e também nas quais ela atribui valor agregado ao produto final, que pode ser entregue com menor pegada de carbono.

O gás natural também é âncora para projetos de energias renováveis, garantindo segurança em momentos de menor incidência de sol, de vento ou de chuva.

Por fim, para chegarmos a uma nova realidade, em que oferta e demanda pelo gás são ampliadas, principalmente com objetivo da neindustrialização, o preço do gás precisa estar adequado ao seu maior uso. Nesse ponto, não faz sentido persistir com a Paridade de Preço Internacional (PPI) para o gás natural cujo único destino é o mercado nacional.

Preço esse que, por sinal, pode chegar até dez vezes um preço de referência de molécula no Brasil, conforme dados públicos e chega até três vezes o preço do gás natural, considerando todas as variáveis que compõem o preço final ao consumidor - transporte, distribuição e impostos.

A mensagem é muito clara. O Brasil tem gás, e gás na qualidade que é possível tratar. O Brasil tem demanda e a indústria garante demanda firme que irá sustentar os investimentos necessários. E o que viabiliza tudo, o preço, deve ser justo e adequado às condições do país.

O momento é de recuperar o tempo perdido e garantir que os investimentos necessários sejam concretizados. Sem esquecer da regulação dedicada, que precisa estar adequada ao novo marco legal, e contemplar o acesso às infraestruturas essenciais de oferta de gás.

A maturidade do mercado de gás no Brasil depende da melhor coordenação de esforços entre os agentes públicos e privados, onde o senso de urgência é, sim, relevante.

O Brasil tem gás. A janela de oportunidade para o desenvolvimento do país não ficará aberta para sempre.